

A ESCALA GEOGRÁFICA E A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSALIDADE-SINGULARIDADE-PARTICULARIDADE: dos processos de resistência à dominação do trabalho no semiárido do Nordeste

Diego Pessoa Irineu de França¹
Antonio Thomaz Júnior²

Resumo

O objetivo do presente texto consiste em discorrer brevemente sobre a relevância da escala nos estudos realizados pela geografia, bem como identificar como esta permite entender a relação dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de produção do espaço e nas mais distintas formas de resistências. A questão da escala geográfica nem sempre foi considerada enquanto elemento teórico-metodológico pertinente à ampliação da capacidade de tornar inteligíveis os processos concernentes ao espaço geográfico. Por mais que a escala estivesse inerente aos diversos fenômenos, raramente a discussão teórica se ocupou em entender o papel de uma análise escalar que superasse a mera noção quantitativa de um padrão matemático da cartografia, para tornar-se um produto de uma relação social, estabelecendo múltiplas escalas inter-dependentes.

Palavras-chave: Escala geográfica; sujeitos sociais; geografia.

Introdução

“Tudo se discute neste mundo. Menos uma única coisa que não se discute. Não se discute a democracia. A democracia está aí como se fosse uma espécie de santa do altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como uma referência. E não se entende que a democracia que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada... porque o poder ... o poder do cidadão, o poder de cada um de nós se limita, na esfera política, repito, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e por outro que talvez venha a gostar. Nada mais! As grandes decisões são tomadas numa

¹ Doutorando da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp- Presidente Prudente. E-mail- diego.pe.ssoa@hotmail.com

² Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp- Presidente Prudente. E-mail-

outra esfera, e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMI, as Organizações “Mundiais” do comércio, os Bancos” “mundiais”, a OECDE, tudo isso. Nenhum desses organismos é democrático. Como poderemos continuar a falar em democracia, se aqueles que efetivamente governam o mundo, não são eleitos democraticamente pelo povo? (José Saramago – Nobel de Literatura)³.

O trecho do discurso supracitado na epígrafe expressa a questão das decisões que afetam a vida de muitas pessoas, que nem se quer são consultadas a respeito do seu próprio destino. Tal fato faz pensar a importância do conhecimento escalar no aspecto da tomada de decisão que afeta os territórios, os espaços urbanos, modificam as paisagens, dão novos significados aos lugares e redefinem as regiões.

A questão da escala geográfica nem sempre foi considerada enquanto elemento teórico-metodológico pertinente à ampliação da capacidade de tornar inteligíveis os processos concernentes ao espaço geográfico. Por mais que a escala estivesse sempre presente nos mais diversos fenômenos, raramente a discussão teórica se ocupou em entender o papel da análise escalar que superasse a mera noção quantitativa de um padrão matemático da cartografia, para tornar-se um produto de uma relação social, que estabeleçam múltiplas escalas interdependentes como iremos discutir.

Nesta perspectiva, o presente texto buscará discorrer brevemente acerca da importância da escala geográfica, ao potencializar o desvendamento dos diferentes níveis da realidade social materializada no espaço, permitindo estabelecer os nexos entre os mais variados sujeitos sociais envolvidos no mesmo movimento de produção do espaço. A escala torna-se um elo para rearticular os diferentes níveis inerentes a realidade espacial? Por que por tanto tempo tal conceito tem sido tratado secundariamente no âmbito da geografia? Qual o papel da escala para que entendamos melhor os processos de retomada dos sujeitos na geografia? Talvez uma rápida incursão sobre a trajetória da ciência geográfica nos ajude a

³ Ver. Transcrito a partir do vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IPYxIHsd_6M. Acesso em 20 de julho de 2017.

contextualizar e a entender tanto a negligência com a questão escalar quanto à necessidade de sua retomada para ampliação do conhecimento neste âmbito.

A geografia enquanto conhecimento institucionalmente reconhecido surgiu a partir do século XIX. Desde esse tempo, tal disciplina ao se configurar enquanto campo do saber científico, passou por grandes transformações teórico-epistemológicas, que nem sempre significaram rupturas absolutas com as formas anteriores de se fazer geografia, mas, em certa medida, foram marcadas pelas continuidades-descontinuidades, que introduziram novos elementos para pensar os processos geográficos, influenciando inclusive na própria compreensão acerca “*do que é geografia*” (Moreira, 1985).

No âmbito dessas transformações que foram sendo desencadeadas nesta disciplina, influenciadas pelo processo histórico mundial, ao impor necessariamente formas de pensar o mundo, vários conceitos foram sendo privilegiados em relação a outros. Tais conceitos e categorias estavam vinculados necessariamente a concepção teórico-metodológica predominante em cada momento.

Na época em que predominou a noção de região, por exemplo, desenvolvida através de uma concepção francesa de geografia, caracterizada por grandes descrições sobre os mais variados aspectos, que, muitas vezes, tratava-se de um conhecimento voltado à dominação dos povos pelo países imperialistas. Tal perspectiva de caráter *idiográfico*, buscava identificar os pormenores das sociedades e sua relação com a natureza. A idéia de conhecer os “gêneros de vida” como preconizava a vertente *Lablanchiana*, exemplifica muito bem o caráter de conhecer para dominar existente na fase imperialista do século XIX.

Com o advento uma hegemonia dos ideais fordista-taylorista, sobretudo após a segunda guerra mundial, em que o capitalismo passou por uma certa estabilidade e de crescimento econômico, na maior parte do mundo, fortaleceu-se a concepção de um mundo manipulado, onde os modelos de regulação garantiriam não só o crescimento dos capitais, mas também, concomitante a isso, a melhoria das condições de vida e de trabalho. Essa verdadeira “Era do planejamento” corroborou, em grande medida, para o desenvolvimento de uma geografia do espaço racionalizado, um espaço absoluto, como pudemos ver nas obras de Hartshorne.

Outra fase muito emblemática e que surge no contexto do acirramento dos conflitos sociais e territoriais pelo mundo, bem como enquanto resposta às formas de opressão e dominação, tanto exercidas pelo Estado quanto pelo capital, consiste na geografia *Crítica*.

Com um caráter materialista histórico-dialético buscou assimilar aos graves conflitos sociais intensificados após 1968. Trata-se de um contexto em que surgem várias questões: a crise ambiental, principalmente devido ao uso de energias poluentes pelo modelo produtivo; a crise social e do trabalho em que muitos trabalhadores ao serem ameaçados de perderem sua seguridade social se voltam às greves. Na América Latina, da mesma forma, muitos movimentos em luta pelo território e contra as desigualdades nos grandes centros urbanos, evidenciaram as mazelas geradas por um capitalismo tardio/dependente.

É do contexto supracitado que a geografia Crítica vai tirar sua principal fonte de inspiração. Inicialmente com um caráter de denuncia, não apenas ao modelo de desenvolvimento que gera as desigualdades sociais, como também as formas de pensar e fazer geografia atrelada às estruturas de poder, sobretudo ao planejamento estatal e/ou das empresas transnacionais. Ou seja, tratava-se de voltar à crítica um conhecimento conivente com a manutenção do *status quo*, que contribuía com a política do que Yves Lacoste denominou da “*Geografia dos Estados maiores*”.

Ora, a partir de então a idéia de produção do espaço ou de espaço socialmente produzido ganhará mais força, sobretudo com o surgimento de obras teóricas, sobretudo nos anos 1970, como: “A geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra”, de Yves Lacoste; Por uma Geografia Nova, de Milton Santos e Marxismo e Geografia, de Quaini, constituindo documentos de uma geografia crítica se consolidada (MOREIRA, 2011).

Embora as noções de escalas pudessem está presente nas várias vertentes da geografia, pois quando se privilegiavam determinadas dimensões e recortes espaciais nas análises, necessariamente estavam se reportando a uma determinada escala, as preocupações teóricas em relação a este termo permaneceram ausentes durante grande parte do fazer teórico-epistêmico neste campo. Alguns trabalhos pioneiros acerca dessa temática começaram a aparecer a partir dos anos 1980 (Bahiana, 1986, Castro, 1995; Racine, Raffestin, Ruffy, 1983; Souza, 2005), indicando a necessidade de considerar a questão escalar para ampliar o leque de compreensão do espaço. Já que o espaço expressa as várias determinações da realidade social, a consideração de determinados níveis escalares proporcionaria o estabelecimento de outras relações, inclusive entre escalas, ampliando a capacidade de entendimento geográfico. A esta questão da escala na geografia daremos maior ênfase adiante.

A escala na análise geográfica usos e desusos

A compreensão dos processos geográficos concretos, necessariamente requerem para sua apreensão uma relação entre as escalas, pois só assim torna-se possível que visualizemos os fenômenos por diferentes âmbitos, permitindo atingir a essência da realidade através de suas várias determinações (Kosik, 1976). Assim sendo, buscaremos a partir deste ponto uma breve discussão acerca da importância da análise escalar em geografia, identificando sua contribuição aos estudos desenvolvidos nesse campo disciplinar, bem como discorrer sobre esta contribuição teórica para nossa pesquisa, que versa sobre os processos de luta pela terra e pela água na região semiárida do Nordeste brasileiro.

Deste modo, entendemos que o estudo de uma realidade a qual nos deparamos empiricamente, só se tornará efetivo caso adotemos raciocínios teórico-metodológicos, que considerem as co-existências e as simultaneidades dos processos decisórios, que interferem nos territórios. Isso significa que, apesar de considerarmos a pesquisa *in loco* como algo indispensável, permitindo avançar no conhecimento do real, correríamos o risco de não entendermos processos cuja natureza não se explicam a partir desse cotidiano imediato. São estruturas, formas, processos “exteriores”, mas que provocam transformações nos lugares.

Como observaram Racine, Raffestin, Ruffey (1983) a escala raramente era considerada explicitamente enquanto importante à descrição e à análise dos processos. Para os autores não se tratava de um desconhecimento de sua importância por parte dos geógrafos, que há muito já conheciam as implicações de considerar ou não a questão escalar, mas tratava-se de uma verdadeira negligência teórica. Algo similar a crítica realizada por Milton Santos (1978), em *Por uma Geografia Nova*, ao contestar o descaso com a teorização do espaço, tornando-a àquela época, uma disciplina “viúva do espaço”. Conforme os autores:

se considerarmos o conjunto da produção geográfica disponível até hoje, mesmo por meio da sondagem, verificamos infelizmente-, apesar de alguma referência no assunto, com mais frequência ao final da análise – que a escala só raramente é introduzida explicitamente como uma das variáveis fundamentais que vai condicionar tanto a natureza

das observações quanto a imagem que delas se dará, quer ao nível descritivo quer ao nível explicativo (RACINE, 1983, *et al*, p. 125.)

De acordo com Souza (2005), o conceito de escala começa a ter uma maior expressividade na geografia e no âmbito das pesquisas sócio-espaciais a partir dos anos 1980. Além disso, menciona o crescimento do interesse relacionados a ativistas pelo tema ou pela “*política de escalas*” fora do âmbito acadêmico. Disso, deduzimos indiscutivelmente que esse interesse está relacionado as transformações do mundo e, conseqüentemente, do espaço, que na contemporaneidade só podem ser entendidos a partir dessas articulações.

Ao diferenciar a noção da *escala cartográfica* da *escala geográfica* Souza (2005) observa que esta última:

Tem a ver não com uma fração da divisão da superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta. Na pesquisa sócio-espacial - e, na verdade, também em outras áreas de pesquisa e até no âmbito do senso comum -, quando falamos que um determinado fenômeno ocorre em “larga escala” ou em grande escala não estamos querendo dizer que ele tem um alcance tão pequeno ou uma extensão tão restrita [...] (SOUZA, 2005).

Neste sentido, a escala cartográfica significa a representação geométrica do espaço, ao passo que a escala geográfica pressupõe uma relação social que pode estar ou ser representada cartograficamente, porém sem reduzir a realidade aos modelos homogeneizantes e abstratos dos cartogramas. Ao invés de simplesmente constituir-se como um mero modelo cartográfico, a escala geográfica deve pensar as relações entre as sociedades, entre os povos, entre os indivíduos e os grupos sociais e, inclusive, da relação que os sujeitos sociais mantêm com as representações geométricas (Racine, 1983). Daí percebemos muitos autores falarem em “produção da escala” (SMITH, 1997), já que a mesma torna-se constituinte dos processos de produção do espaço.

Um estudo bastante pertinente a esse respeito da “produção da escala” consiste, sem dúvida, no trabalho de Neil Smith, ao abordar a questão escalar a partir do cotidiano de sujeitos sem-teto nos EUA, evidenciando a inter-dependência entre os diferentes níveis de escala, que condicionam a vida concreta do sujeito, e que também marcam suas ações concretas. Através da idéia de uma “Política espacializada” o referido autor analisa como um

simples veículo permite aos sujeitos usuários estabelecerem uma outra relação com a cidade, de modo que há verdadeiros saltos escalares no cotidiano citadino. Ou seja, como meio da prática cotidiana, o instrumento revelaria a importância da escala, numa cidade que nem sempre é pensada para que as pessoas possam circular livremente.

Para o referido autor, ao pensar as questões de mobilidade espacial enquanto centralidade na vida de sujeitos que foram expulsos dos espaços privados pelo mercado imobiliário, o veículo sem-teto acabaria servindo enquanto lugar de abrigo e de locomoção que permite a muitos sujeitos excluídos a capacidade de ganharem visibilidade dentro do espaço urbano.

Assim sendo, as esferas da decisão que orquestram o espaço, viabilizando a acumulação de capitais imobiliários-rentistas-financeirizados, que se aproveitam da cidade (e/ou do campo) enquanto forma de extração da renda e para especulação, devem ser consideradas na interpretação dos casos de segregação socioespacial, que ora observamos nos centros urbanos brasileiros; ou até mesmo quando observamos milhares de pessoas serem expulsas do campo (sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) para dar lugar a megaempreendimentos atrelados à lógica de acumulação financeirizada.

Todos esses aspectos que são de grande relevância, não seriam se quer cogitados caso desconsiderássemos a relevância da análise escalar. Por isso a importância de considerar a simultaneidade dos processos geográficos num mundo globalizado, em que existe uma ampliação da velocidade dos processos de acumulação, viabilizados pelo aprimoramento técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997). É neste contexto que podemos reiterar a afirmação de Neil Smith, quando observa que “é a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado”(SMITH, 1997, p. 144).

Ou seja, a noção da escala enquanto produto social, revela a espacialidade diferencial, não somente das distintas escalas analíticas, que variam do corpo à casa; da comunidade ao bairro; da cidade à região; da nação ao globo. Tal aspecto permite entender também a ação dos mais variados sujeitos que contestam e/ou se contrapõe as estruturas de dominação (impostas de cima) que tentam aprisioná-los. Em suma, a escala aparece enquanto condição para a compreensão da condição de excluído, como também enquanto meio de articulações que viabilizam ações contra-hegemônicas.

Nesta perspectiva, a noção escalar revela as facetas tanto dos agentes hegemônicos de dominação, a exemplos de mega-corporações transnacionalizadas, atuantes nos mais diversos territórios do planeta, com suas lógicas espaciais, voltadas ao controle social, como também permite-nos entender como os mais diferentes sujeitos oprimidos buscam se articular nos mais diversos níveis para fortalecerem os processos de resistências. Os exemplos dos movimentos de luta pela terra, como o MST, que atua desde áreas de assentamentos e acampamentos rurais, por todas as regiões brasileiras, até a articulação internacional (como se vê na Via camponesa) só revela a necessidade dos saltos escalares no plano da ação contestatória desses sujeitos.

Por exemplo, como iremos ver mais adiante, a importância da experiência cotidiana como ponto de partida para apreensão das resistências materializadas territorialmente está no fato delas revelarem especificidades de processos mais amplos, presente em cada local. Considerar então que estes não surgem e nem se explicam pelo lugar em si, permite entender a inter-dependência dialética entre o *singular e o universal*, a partir de uma visão *multiescalar* na Geografia, pois o cotidiano das resistências do trabalho, embora se manifeste no lugar empiricamente observável, expressam uma contraposição às tendências genéricas de controle do capitalismo predatório do século XXI, que se materializa de forma particular no semiárido nordestino.

Ora, o exercício de abstração torna-se imprescindível para que entendamos os problemas urbanos, ambientais e fundiários, enquanto típicos aos processos que ocorrem, mais frequentemente, na periferia de capitalismo dependente. Na medida em que percebemos um conjunto de políticas e modelos desenvolvimento sendo pensados no exterior, provocando impactos socioambientais de larga escala na periferia capitalista, percebemos a importância da escala para apreender os fenômenos geográficos. No conjunto desses países, existem uma tendência que torna o capitalismo muito mais predatório e avassalador, onde estabelece-se a apropriação da natureza e da precarização total da vida como condição *sine qua non* dos processos de acumulação guiados pela tendência da financeirização.

A multiescalariade da política de Estado a partir dos megaprojetos de infraestrutura no semiárido do Nordeste

A fruticultura estabelecida no semiárido nordestino se articula ao sistema mundo a partir da circulação de mercadorias que chegam à Europa, aos EUA etc., bem como a partir da territorialização de grandes grupos empresariais ligados ao setor, que buscam sempre as melhores condições de lucratividade. Além disso, não se trata de qualquer fruticultura, mas de uma atividade desenvolvida por grupos multinacionais e nacionais (ligadas ao setor de exportação) que se apropriam do território para produzirem frutas intensivamente, exaurindo os recursos do território em função de seus interesses.

Tal produção supracitada acontece em áreas de Perímetros Irrigados, que são ordenamentos territoriais criados pelo Estado brasileiro, seguindo os preceitos neoliberais estabelecidos pelo Banco mundial (Bird), o que se configura enquanto um sistema de controle territorial externo ao território nacional e do local, que produz e/ou induz diversas modificações das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que amplia os conflitos territoriais.

Deste modo, quando buscamos discorrer sobre as lutas construídas na escala local, em determinados cotidianos, os processos de tomada de decisão que viabiliza a onda destrutiva do capital, articula tais resistências contestatórias ao próprio movimento amplo da acumulação. Logo, não estamos falando apenas de processos que se decidem no âmbito de sua materialização, mas que possuem relações com outras escalas: regionais, nacionais, internacionais.

Quando falamos de conflitos territoriais, nas áreas de expansão do agrohidronegócio fruticultor, temos de observar que por se tratar de uma produção mundializada de frutas, incorporada à economia de vários países, bem como pela própria territorialização de empresas multinacionais do setor fruticultor, esses processos não podem ser explicados meramente através da escala local sob pena de permanecermos na dimensão fenomênica e não apreender a essência dos processos estudados.

A territorialização do agrohidronegócio fruticultor provoca a concentração e o monopólio sobre as terras e as águas, o que rebate na inserção do conjunto de trabalhadores incorporados à cadeia produtiva, de maneira precarizada. Ao se apropriar dos meios básicos de garantir a reprodução da vida, o capital não deixa outra alternativa que não seja a superexploração do trabalho. Mas qual seria então a articulação desse processo que

observamos empiricamente com um conjunto de redefinições no mundo do capital no século XXI?

Neste sentido, as resistências da totalidade do trabalho, a nosso ver, expressa em sua diversidade de lutas, a *contestação necessária* ao ordenamento territorial viabilizado pelo Estado e fundamentado no atendimento da reprodução do capital, cuja intenção é o controle territorial, social e do trabalho. Assim, as reivindicações aparentemente pontuais se articulam também em redes de organizações regionais, nacionais e internacionais, marcando não só o processo de dominação, mas também as lutas como multiescalares (SOUZA, 2005).

Escala enquanto categoria analítica e enquanto dimensão da práxis social.

Como pudemos perceber, a escala não pode ser considerada de maneira fixa sob pena de existir uma deformação da realidade. A escala socialmente produzida amplia a concepção e dá uma denotação geográfica ao estudo. Assim sendo, poderíamos falar de uma escala que pense os sujeitos, a partir de suas inter-relações cotidianamente produzida através da práxis.

Qual a escala de ação e de análise? Tal questionamento nos remete a pensar os diferentes níveis de uma economia global, que se estratifica mundialmente, mas que, todavia, se materializa de forma particular. Permite-nos também, questionar os efeitos das políticas pensadas em nível nacional e sua incompatibilidade com os lugares. E com isso, mostra necessidade de concretizar um espaço de decisão descentralizado e verdadeiramente democrático.

A necessidade de enxergar o capitalismo em sua forma diferencial e em suas desigualdades espaciais, torna a escala um elemento chave na contemporaneidade, pois o processo de desenvolvimento não é linear, combinando diferentes níveis. Centros de comando apartados da estrutura estatal, assumem um papel de impositor de políticas, que expropriam e que causam graves problemas às populações locais. Os processos de resistências que se recriam na esfera do local, guiam sua contraposição para esses agentes exógenos aos territórios (empresas e capitais externos), que se fundem às estruturas estatais para expropriar os sujeitos. Logo a escala da tomada de decisão são antidemocráticas por sua natureza predatória e por desconsiderar as especificidades dos modos de vida.

O mito da homogeneização promovida pelo movimento implementado pela globalização cai por terra quando consideramos a produção das diversas escalas. A análise em macro-escalas permite-nos visualizar tendências e dinâmicas, muitas vezes imperceptíveis em menores escalas. Entretanto, o próprio princípio da extensão limita o princípio da profundidade, pois nos escapa especificidades desse processo generalizante. Por tal razão, existe a necessidade de que trabalhem, simultaneamente, com várias noções e níveis escalares possíveis.

As reinvenções dos recortes territoriais que envolvem a pesquisa em geografia, ao mesmo tempo que constitui um dado da realidade, consiste em uma necessidade do ato de conhecer. Significa uma forma de selecionar aspectos relevantes à análise dos objetos. Em muitos casos, as expressões dos processos transcendem àquela delimitação municipal, estadual, regional, nacional, que geralmente estabelecemos *a priori*. Nesta perspectiva é que se torna imprescindível estabelecer a relação da totalidade com as partes, já que, observava Milton Santos (1988) em *Espaço e Método*, nem a parte poderia ser compreendida sem o todo, nem este poderia torna-se inteligível sem as articulações entre as partes.

A questão da escala pensada através da territorialização dos empreendimentos do agrohidronegócio são bastante estudados, levando em consideração os diversos aspectos, que garantiriam a maior rentabilidade. Necessariamente, temos que levar em consideração diferentes aspectos que podem significar outras dimensões do mesmo processo.

Esses projetos implantados, de cima, redefinem constantemente os processos lutas sociais. Surgem do interior desses empreendimentos citados, as contradições que reforçam a práxis social dos mais diversos sujeitos em luta por condições de trabalho e pelo território. Ao permitir enxergar as nuances do processo de produção do espaço, em suas variadas dimensões e níveis, a escala geográfica potencializa não apenas a capacidade analítica, gerando um conhecimento mais apurado da realidade, mas também o fortalecimento da ação social, à medida que esta nem sempre está desvinculada do ato de conhecer e buscar transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a escala no âmbito da história epistemológica da geografia, observamos, com base em alguns autores, uma certa ausência da discussão teórica que a contemplasse enquanto necessária. Do mesmo modo, observamos que alguns estudos, com um certo pioneirismo no tratamento do presente conceito, enxergaram que, diante dos processos de produção do espaço e das ações do sujeitos, existem níveis escalares consideráveis e imprescindíveis.

Em suma, buscamos fazer algumas relações com os processos concretos que estamos analisando em nossa pesquisa de doutorado, ao abordar a natureza multiescalar dos empreendimentos ligados ao agrohidronegócio de frutas, desenvolvido no semiárido do Nordeste. Tanto as ações do capital quanto as ações estatais marcam, segundo nossa experiência de pesquisa, níveis escalares extremamente importantes a serem levados em conta por nossa análise. Da mesma forma, ao permitir chegar ao nível das ações concretas dos sujeitos, a escala contribui para entender como os diferentes sujeitos se articulam escalarmente para criar as resistências ao capital, desmistificando que existe um isolamento absoluto das formas de luta e um suposto controle inexorável sobre o território e sobre os sujeitos.

Referências Bibliográficas

BAHIANA, L. C.C. **Contribuição ao estudo da escala na geografia: escalas em geografia urbana.** (Dissertação de mestrado em geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: **geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 117-140.

CARLOS, A. F. A. Da geografia abstrata à geografia concreta. In: MENDONÇA, F. et al; **Espaço e tempo: complexidade do pensar e do fazer geográfico.** Curitiba: ADEMADAN, 2009. pp. 73-90.

KOZIK, K. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** São Paulo. Brasiliense. 1985.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para interpretação do mecanismo de escala na prática geográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro. Ano 45, nº 1. Jan/mar de 1983. pp.123-136.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SMITH, N. **Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica**. 1997.